

(DES)GOVERNANDO PELA ALIMENTAÇÃO: NOTAS PARA UMA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL AUTÔNOMA

Thiago Perez Jorge *

Érika Marafon Rodrigues Ciacchi **

Cristianne Maria Farmer Rocha ***

RESUMO: Este ensaio teórico problematiza a emergência de práticas normativas no campo da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), tomando como ponto de partida o surgimento das Visitadoras da Alimentação, no contexto do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). A partir de uma análise genealógica, inspirada em Michel Foucault, argumenta-se que o modelo hegemônico da EAN é herdeiro de uma lógica de poder pastoral, que se atualiza na modernidade como uma forma de *governamentalidade alimentar*, orientada para a condução das condutas e para a responsabilização individual e familiar pela adoção de uma alimentação considerada adequada, de acordo com as normas científicas de cada época histórica. Em contraposição a essa herança, o texto propõe um deslocamento ético-político, fundamentado no conceito foucaultiano de *cuidado de si*. Defende-se que o educador em alimentação e nutrição atue não como um detentor de normas a serem transmitidas, mas como um *mestre de existência*, capaz de favorecer processos de reflexão crítica e de constituição de si. Nessa perspectiva, a relação educativa desloca-se da prescrição de comportamentos para a problematização das experiências alimentares, possibilitando que o conhecimento opere como prática de transformação do sujeito em sua relação consigo mesmo. Conclui-se que a EAN pode ser compreendida não como tecnologia de normalização das práticas alimentares, mas como exercício ético de cuidado de si orientado para a ampliação da autonomia dos sujeitos em suas formas de viver, significar e experienciar a alimentação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Alimentar e Nutricional. Michel Foucault. Governamentalidade. Cuidado de Si. Autonomia.

(MIS)GOVERNING THROUGH FOOD: NOTES FOR AUTONOMOUS FOOD AND NUTRITION EDUCATION

ABSTRACT: This theoretical essay problematizes the emergence of normative practices in the field of Food and Nutrition Education (FNE), taking as its point of departure the emergence of the Food Visitors in the context of the Social Security Food Service (SAPS). Drawing on a genealogical analysis inspired by Michel Foucault, it argues that the hegemonic model of FNE is heir to a logic of pastoral power, which has been secularized and updated in modernity as a form of food governmentality, oriented toward the conduct of conduct and the individual and family responsibility for adopting an adequate diet according to the scientific norms of each historical period. In contrast to this legacy, the essay proposes an ethical-political displacement grounded in the Foucauldian concept of care of the self. It argues that food and nutrition educators should act not as holders of norms to be transmitted, but as masters of existence capable of fostering critical reflection and processes of self-constitution. From this perspective, the educational relationship shifts from the prescription of behaviors to the problematization of food experiences, enabling knowledge to operate as a practice of transformation of the subject in relation to oneself. It is concluded that FNE may be understood not as a technology for the normalization of eating practices, but as an ethical exercise of care of the self aimed at expanding the autonomy of subjects in their ways of living, signifying, and experiencing food.

KEYWORDS: Food and Nutrition Education. Michel Foucault. Governmentality. Care of the Self. Autonomy.

* Doutor em História pela UFSC. Professor do Departamento de Nutrição da UFRN. E-mail: thiago.jorge@ufrn.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0375-8613>

** Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora do Departamento de Nutrição da UFRN. E-mail: erika.ciacchi@unila.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6548-4104>

*** PhD pela Organização Pan-Americana de Saúde. Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: cristianne.rocha@ufrgs.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3281-2911>

Introdução

Pela fresta do guarda-comida entreaberto sua mão avança como um amante pela noite. Uma vez familiarizada com a escuridão, tateia em busca de açúcar ou amêndoas, uvas-passas ou compotas. E assim como o amante abraça a sua amada antes de beijá-la, da mesma forma o tato tem um encontro preliminar com as guloseimas antes que a boca as saboreie. Como o mel, punhados de uvas-passas e mesmo o arroz, todos entregam-se lisonjeiramente à mão! Quão apaixonante esse encontro de dois que finalmente se subtraíram à colher. [...] A mão, o jovem Don Juan, penetrou logo em todas as celas e aposentos, deixando atrás de si camadas que escorrem e quantidades que fluem: virgindade que se renova sem queixas. (Benjamin, 2009, p.105-106)¹

Não é de hoje que o tema da alimentação pauta a sociedade, seja nas conversas mais informais dos almoços dominicais em família, seja nos noticiários com dados sempre alarmantes da má alimentação – fome, insegurança alimentar e nutricional; os chamados transtornos alimentares, e mesmo a conexão sinérgica entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. O tema da alimentação é provocado com força pela velocidade de difusão da comunicação e interação oriunda das redes sociais. A alimentação, entre a falta e o excesso, entre o conhecimento acadêmico e o saber oriundo da experiência, entre desinformação e narrativas do tipo *coach* para salvação, “trata-se de uma prática social e complexa, que envolve aspectos ambientais, biológicos, históricos, políticos e culturais” (Jorge, 2024, p.22).

Será oportuno retomar Walter Benjamin, cujo jogo de palavras desvela e provoca sentidos, aproximando duas práticas tão antigas quanto a própria existência (animal, vegetal, humana)². Ainda retornaremos ao pensamento de Benjamin. Por ora, destacamos que práticas de sexualidade e de alimentação, no curso do tempo, foram sendo engendradas, em analogia ao que Michel Foucault (2014a; 2014b; 2014c) pontuou, respectivamente, como *tecnologias de poder* e como *práticas de existência*.

Aqui chegamos à centralidade da nossa questão de partida que orientou um olhar ainda congestionado pelas evidências (epidemiológicas, científicas, morais, históricas) que constituíram e seguem construindo o campo da nutrição e, mais detidamente, a área da Educação Alimentar e Nutricional (EAN): Sob que práticas e discursos - e, em quais circunstâncias - o sujeito da alimentação saudável foi sendo construído? Nossas pistas nos levaram ao nascimento de uma singular instituição dos anos de 1940: o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), e uma prática inovadora para a época: as visitas alimentares.

Este ensaio teórico problematiza a emergência de práticas normativas no campo da EAN, sustentada pela emergência das visitadoras alimentares, no contexto do SAPS, cujas práticas educativas se pautaram pelo "mito da ignorância" — a premissa de que as escolhas alimentares inadequadas da classe trabalhadora e sua família derivariam da falta de conhecimentos. Tal premissa justificaria a intervenção nos corpos desses sujeitos da alimentação. Percebemos certa estrutura de forma e de conteúdo sendo

¹ Encontramos tal pensamento, com algumas diferenças, nos textos “A despensa” (Benjamin, 1987), “Criança lambiscando” (Benjamin, 2009) e “Criança gulosa” (Benjamin, 2017).

² Parte das reflexões foi publicada anteriormente (Jorge, 2013).

fabricada, chamada de Educação Alimentar (que já foi chamada também de Educação Nutricional), chegando ao uso corrente de Educação Alimentar e Nutricional.

Não se trata aqui de escrever sobre a história da Nutrição, ou do campo da Saúde Coletiva em Nutrição, o que outros trabalhos certamente já fizeram com maestria (Vasconcelos, 1999; 2001; 2002) e tampouco propor outra visão que dispute com a história já contada sobre a EAN (Bezerra, 2012; Boog, 1997; 2017; 2021; Lima, 1997; 2000).

Mas, refletir sobre o campo da EAN, a partir de problematizações foucaultianas, considerando a alimentação e a nutrição como campos de práticas discursivas; de relações de poder e de saber; e, como campos de exercício *ético do sujeito alimentar*.

Este ensaio problematiza a premissa, ainda vigente em muitas ações, de que as escolhas alimentares - tidas como inadequadas - resultariam (quase que exclusivamente) da falta de conhecimento e informação das pessoas, desconsiderando-se, portanto, a complexa teia de determinantes sociais, culturais, econômicos, biológicos, psicológicos e afetivos que modelam o ato de comer. Nossa hipótese é que, em sua origem e em muitas de suas manifestações atuais, a EAN pode ser diretamente interpretada como uma *herança secularizada de um tipo de poder pastoral*³.

Para desenvolver essa crítica, o texto se inspira no pensamento de Michel Foucault, com foco nos domínios do ser-poder (genealogia) e do ser-consigo (arqueogenalogia ou anarqueologia) (Veiga-Neto, 2007).

Acreditamos que, a partir de Foucault, conseguimos analisar a EAN não apenas como uma prática pedagógica, mas como uma tecnologia de poder. Argumenta-se que a relação entre o governo dos outros/de si (a governamentalidade) e o cuidado de si (ou, a ética) possa ser uma chave para tensionar a hegemonia do modelo biomédico e propor uma alternativa para o *sujeito do campo da EAN*.

Defendemos a necessária ressignificação do campo, que passa pela revisão e, se possível, ruptura de sua herança normativa, que atua na lógica pastoral do permanente estado de culpa (pela ignorância) e da necessidade de redenção (pela obediência à verdade alimentar), em favor de uma abordagem que promova a autonomia alimentar dos sujeitos.

É preciso defender a alimentação racional: fragmentos de uma genealogia da Educação Alimentar no Brasil

Hoje, a EAN se coloca como um campo estratégico de conhecimentos e práticas, fundamental para a promoção da saúde e para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Sendo que, com exceção dos contextos de agravos ou doenças nutricionais em indivíduos ou grupos, que demandam

³ Na próxima seção, iremos desenvolver estas considerações, amarrando aspectos do pastorado desenvolvidos por Foucault (1981; 2023), junto com nossa análise envolvendo o SAPS e as visitadoras da alimentação.

um profissional habilitado para trabalhar nos cuidados nutricionais – nível ambulatorial e hospitalar (CFN, 2018) -, a EAN se coloca como uma tarefa coletiva, multiprofissional e de diversos setores (Brasil, 2012). Ou seja, a EAN não deveria ser tarefa exclusiva da Nutrição.

Ademais, diante de cenários complexos, como a coexistência da desnutrição com o aumento da obesidade, a crescente influência de alimentos ultraprocessados, além de outras formas de má-alimentação, sinalizadas no início do texto, os agentes da EAN são convocados a desempenhar um papel transformador (Brasil, 2012).

Contudo, apesar dos avanços teóricos e da consolidação de marcos políticos que defendem uma abordagem crítica e emancipatória (Brasil, 2012), observa-se um passado que insiste em se atualizar: a persistência de práticas educativas “normativas”, fundamentadas no "mito da ignorância" (Lima, 1997; 2000).

As próximas duas seções apresentarão dados de uma pesquisa em andamento. Colocamo-nos como tarefa pesquisar e analisar documentos do final do século XIX às primeiras décadas do XX, sobre a temática que envolve saúde, alimentação e nutrição, para compreender como “acontecimentos” se conectam numa dada constituição histórica, evidenciando uma visão específica no campo da Educação em Saúde (a Educação Alimentar), que a engendra numa maquinaria para a condução das condutas (governamentalidade). Nossa empreitada é audaciosa e certamente levará tempo.

Para fins deste ensaio, nesta seção, apresentamos nossa primeira análise com foco na emergência do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), órgão estatal da Era Vargas⁴, que participa do movimento que inaugurou experiências de Educação Alimentar no Brasil.

Opomo-nos criticamente a qualquer tentativa “universalista”, tão abstrata que fragmente e descontextualize a relação do sujeito com sua alimentação (Jorge, 2024). E ainda, na busca pelos universais abstratos, destituídos de sentido e significado oriundo das dimensões que fazem efetivamente parte da vida prática do sujeito que come – do contexto e das relações carregados por valores simbólicos, culturais e subjetivos -, aportamos em uma Nutrição empobrecida, quando tratada unicamente pelos seus aspectos nutricionais (Ferreira *et al.*, 2015). Não existe uma ideia e uma prática de “nutrição em abstrato”, dotada de neutralidade, desconectada da realidade, assim “como será vã a busca por uma essência para a tal alimentação saudável” (Jorge, 2024, p.38). Por essa, dentre outras, que a crítica de Foucault (2004, p.9-10) nos serve, pois nos permite caçar os “tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos [que] repousam as práticas que se aceitam”.

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá (Foucault, 2007, p.21) Por isto, o genealogista, ou aspirante ao trabalho genealógico, trabalha meticulosamente pelos processos de ruptura e descontinuidade. Justamente por assumir que o saber não é feito para

⁴ A Era Vargas contempla a época histórica no qual Getúlio Vargas governou o Brasil, de 1930 a 1945, marcado por três fases distintas: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945).

compreender, mas para cortar; para isto, busca na história efetiva um saber único e agudo (Foucault, 2007).

No Brasil, as primeiras ideias e discussões sobre o conhecimento acadêmico em alimentação emergem nos anos de 1930, desencadeando o processo de constituição de um campo de saber específico (Vasconcelos, 2001), integrando-se ao processo de modernização da economia brasileira, no contexto do “Estado Nacional Populista, cujo contexto histórico delimitou a implantação das bases para a consolidação de uma sociedade capitalista urbano-industrial” (Vasconcelos, 2002, p.128).

O nascimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), a nosso ver, emerge como ponto de surgimento, amparado pelas forças, pelos poderes e pelos saberes que convergiram para as condições de possibilidade que fundamentariam o discurso e a prática hegemônica no campo da Educação em Alimentação e Nutrição, que toma como dado que a ignorância seria o obstáculo a uma alimentação boa e racional (Lima, 1997; 2000).

Mas, não seria a ignorância de todo o povo, senão de uma fração, qual seja: dos trabalhadores e de suas famílias (crianças e mulheres).

Mas, como construir uma dada condição que incluía excluídos? Que os torne aptos a uma sociedade em pleno processo de urbanização e desenvolvimento capitalista?

Nossa hipótese é que o SAPS, ao estabelecer na localização histórica o deslocamento de práticas e discursos específicos, concorreu, como pedra angular, na edificação do mito que funda o *ethos* da prática educativa na alimentação e nutrição. Pode ser compreendido como um dos mitos fundadores pelos quais a Educação Alimentar passou a ser praticada no Brasil.

Conforme demonstra Evangelista (2012, p.31), em sua tese sobre o SAPS, o período precedente ao nascimento deste órgão federal foi profícuo em pesquisas sobre a questão alimentar do povo brasileiro, a exemplo do artigo escrito no Jornal Correio da Manhã de outubro de 1940, sobre “O Censo e a Alimentação”.

O local do estudo nasceu pelo Decreto-Lei nº. 2.478, em 5 de agosto de 1940, estatuído pelo Presidente Getúlio Vargas, e seria extinto pelo Decreto-Lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967 (Brasil, 1940; 1967). Para Evangelista (2012), o fechamento do SAPS se fez de forma abrupta, deixando lacunas nas políticas públicas brasileiras de alimentação e nutrição voltadas às camadas populares. O SAPS, portanto, atravessou o Estado Novo e morreu na Ditadura cívico-militar brasileira.

O arcabouço legal que estatuíria o SAPS buscava, junto com o saber médico alimentar, construído entre 1930 e 1940, uma forma de conscientizar a população sobre a necessidade de práticas de Educação Alimentar e de disseminação dos benefícios de uma boa nutrição (Evangelista, 2012).

A diversidade de atividades realizadas no SAPS – pesquisas científicas; publicação de revistas científicas e de circulação de massa; restaurantes populares, postos de subsistência, no qual alimentos eram vendidos a preço de custo; consultório de alimentação econômica; bibliotecas e discotecas populares; cursos de formação para visitadoras da alimentação e nutricionistas (Cidrack, 2010;

Fogagnoli, 2011; Evangelista, 2012) -, denota, segundo Evangelista (2012) os seus múltiplos papéis: Assistência e Educação Alimentar; Pesquisa e Formação Técnico-Científica. Uma instituição cujas práticas e discursos tomavam como alvo os trabalhadores e suas famílias.

O Decreto-Lei 3.709, de 14 de outubro de 1941, assinado por Vargas, reestrutura o SAPS, reeditando o teor do precedente, mas também o complementando:

Art. 3º - Para consecução das suas finalidades, o SAPS promoverá:

- a divulgação, nos meios trabalhistas, das vantagens auferidas pelo trabalhador com uma alimentação racional;
- a divulgação, nos meios patronais, dos benefícios que decorrerão para os empregadores, de uma alimentação adequada aos seus trabalhadores;
- a propaganda da necessidade de novas diretrizes na alimentação nacional e das suas profundas influências sobre a melhoria da raça;
- uma ação educativa sistemática junto às famílias dos trabalhadores, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados.

Este Decreto-Lei traz o cerne da implementação dos cursos de dietistas, nutricionistas e visitadoras de alimentação, sob a responsabilidade do SAPS (Brasil, 1941). Confirmava-se, assim, o diálogo entre os intelectuais que se dedicavam a pesquisas no campo da nutrição e o governo Vargas (Evangelista, 2012, p.44-5).

Embora o primeiro curso de nível superior da Nutrição no Brasil tenha sido o de 1939, na Universidade de São Paulo (USP), e que existia anos antes da cruzada do SAPS na Educação Alimentar, nossa pesquisa identifica que foi no curso técnico de Visitadoras da Alimentação, iniciado em 1944, a forma mais próxima do que chamamos de ações em Educação Alimentar e Nutricional. Isso se deve a um desdobramento e uma importante diferença: 1) o SAPS foi um grande empregador das primeiras nutricionistas formadas no país; e, 2) enquanto o curso universitário idealizava condutas e abordagens do ponto de vista do profissional da Nutrição, o curso do SAPS tinha cunho eminentemente prático e de caráter comunitário. Esses pontos fazem a diferença na história da EAN (de hoje e de outrora).

Em nossa análise, consideramos o SAPS como uma instância biopolítica ligada com as questões do bem viver para a saúde alimentar de um dado grupo populacional.

Seguindo Edgardo Castro (2009, p.376), “as disciplinas foram as técnicas políticas do corpo individual; a biopolítica, a técnica do governo das populações” e ambas compõem o “biopoder”, “um elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo [que] serviu para assegurar a inserção controlada dos corpos no aparato produtivo e para ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos” (Castro, 2009, p.58). Portanto o biopoder se desdobra entre uma anátomo-política do corpo humano, a disciplina; e uma biopolítica da população, do corpo-espécie.

Assim temos, por um lado, o corpo como o lugar da proveniência, onde a análise genealógica de inspiração foucaultiana recupera as condições de possibilidades históricas e sociais para sua intervenção:

contexto da 2ª Guerra Mundial; governo Vargas; ações sociais e assistencialistas; pacto com Estados Unidos da América; saberes científicos correspondentes à eugenia e higiene alimentar; inquéritos alimentares e discursos de estudiosos do campo – nutrólogos e cientistas sociais, como Josué de Castro, Gilberto Freyre, dentre outros – e, que engendram a ativação do biopoder no campo da Educação Alimentar brasileira. Por outro lado, a emergência da Educação em Alimentação e Nutrição surge no interstício de discursos e práticas que buscam a mudança de hábitos alimentares da classe trabalhadora e sua família.

Considerando que a “indução de comportamentos saudáveis” se coloca como parte das estratégias biopolíticas (Mattioni, Rocha, Faria, 2022), tal qual Foucault nos apresenta (2023), definidas como conjunto de ações operadas sobre a população para fazê-la viver, consideramos o advento do SAPS como parte da maquinaria biopolítica da alimentação.

O SAPS concorreu ao espírito daquele tempo, entre discursos e práticas atravessados pela visão da “higiene” (sanitária, alimentar, etc.) e da eugenia (Vasconcelos, 1999; 2001; Bezerra, 2012).

Assim, diante deste contexto, definimos, nos rastros de Foucault (2023), a *governamentalidade alimentar* como um modo de governar as condutas (as próprias e as dos outros), no caso, visando à produção de uma *população da alimentação racional*. De um lado, a instituição, participe de uma maquinaria biopolítica. De outra, a prática, foco da próxima seção.

A Herança Normativa da EAN: as Visitadoras da Alimentação

Dentre a miríade de ações realizadas pelo órgão oficial do governo, elegemos o curso de Visitadoras de Alimentação. A nosso ver, emerge como condição de possibilidade para a modulação de um fazer que seja, desde o princípio, associado como prática de Educação Alimentar.

Já se fez referência ao Decreto-Lei 3.709/1941, que reorganizou o SAPS. Dele, se ressaltam um dos parágrafos do Art. 3º: **“uma ação educativa sistemática junto às famílias dos trabalhadores**, visando demonstrar os prejuízos decorrentes do atual sistema de alimentação e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos seus benéficos resultados” (grifos nossos).

Para cumprir as determinações dessa finalidade, foi criada, no Ceará, em 17 de agosto de 1944, a Escola de Nutrição Agnes June Leith que, posteriormente, passou a ser chamada Escola de Visitadoras de Alimentação (EVA) Agnes June Leith.

Extra! Extra! Extra! Eis a notícia propagando a inauguração da Escola de Visitadoras da Alimentação (EVA), na capital do Ceará, a primeira no país:

O SAPS inaugurou em Fortaleza, na tarde de 17 de outubro [de 1944], com a presença das altas autoridades [...] Destina-se à formação de visitadoras de alimentação que exercerão suas atividades em todo o Norte e Nordeste do país [...] assistindo imensa

população necessitada [...]. **As moças que a cursarem realizarão um trabalho completo de assistência e educação, ministrando às famílias de trabalhadores não somente sadia orientação alimentar** como, igualmente, **conselhos** de higiene, puericultura, economia doméstica e **lições** que as capacitem a organizar hortas domésticas com o conseqüente aproveitamento dos produtos conseguidos. [...] A Escola Agnes Junes Leith do Serviço de Visitação Alimentar” está situada em Fortaleza, local escolhido por ficar equidistante dos extremos das zonas a que servirá. (SAPS, 1944, ano 1, n.1, p.33, grifos nossos)

A estadunidense Agnes, que deu o nome à Escola, era defensora da mudança de hábitos alimentares e considerava que, desde a infância, tais hábitos deveriam ser incorporados ao cotidiano da criança e, para tanto, precisavam fazer parte do escopo educacional familiar e da escola. Para a concretização da Escola de Visitadoras da Alimentação (EVA), houve um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos “sob os auspícios da Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios – CBA” (Cidrack, 2010, p.64).

Demos destaques na notícia veiculada no Boletim mensal do SAPS, a respeito do fato que as moças iriam iniciar formação para estarem aptas a realizar “trabalho completo de assistência e educação”, vinculando, desde o nascimento da EAN no Brasil, que “ministrar” a “sadia orientação alimentar” envolveria o desenvolvimento de atividades (conselhos de higiene, puericultura, hortas, economia doméstica), consideradas parte das ações de assistência e educação.

Uma Escola cujo currículo se organizava entre distintas disciplinas de um semestre e de um ano. As disciplinas com duração de um semestre – Sociologia, Psicologia, Puericultura, Enfermagem, Horticultura, Fruticultura, Indústrias Rurais e Jardinagem, Economia Doméstica, Assistência Social, Corte e Costura, Artes Aplicadas, Estatística e Visitação Alimentar de Nutrição. Já as disciplinas com duração anual seriam Nutrição e Dietética, Arte Culinária, Educação Física e Recreação Infantil (Cidrack, 2010; Evangelista, 2012; Fogagnoli, 2011).

No caso de Fortaleza, os espaços em que as visitadoras atuavam eram: o Restaurante Popular do SAPS, os clubes, a comunidade (visitas domiciliares), as escolas e as creches do SAPS e a Associação Nordestina de Créditos e Assistência Rural (ANCAR) (Cidrack, 2010; Evangelista, 2012).

A atuação das visitadoras de alimentação se iniciava com um Inquérito Social, investigativo, cujo objetivo era identificar os problemas das famílias visitadas. Propunham-se, então, soluções e desenvolviam-se atividades que efetivassem formas de melhoria da qualidade de vida da comunidade enfocada (Evangelista, 2012, p.94).

Como se desenvolvia o trabalho da Visitadora da Alimentação? O início deste trabalho era a realização do Inquérito Social, com a função do diagnóstico, julgamento e tratamento (Cidrack, 2010, p.100). Diagnosticar, julgar e tratar constituem os corolários do ritual da EAN.

A EAN se inicia com a investigação na sociedade, na casa dos trabalhadores e da comunidade em geral, para descobrir a natureza dos problemas estudados (Cidrack, 2010, p.100). Eis a estrutura das ações que engendrariam um fazer específico, ritualístico, sob a forma de um *pastorado secularizado*,

que implica em investigar e diagnosticar, cujo julgamento deve normatizar condutas. Chave de um tratamento que orienta e prescreve, para a salvação.

A nosso ver, a *governamentalidade alimentar* no Brasil se coloca como um arranjo de forças e saberes, diante do nascimento do SAPS, entre final dos anos de 1930 e início dos anos de 1940, e a atuação das Visitadoras da Alimentação.

Nesse sentido, a “cruzada das visitadoras da alimentação”, sob objetivos eugênicos voltados para a formação de trabalhadores, fortes e sadios, é o elemento descontínuo que inaugura o corpo da alimentação racional, tendo como alvo da instrumentalidade de uma *tecnologia de poder* não apenas o trabalhador, mas sua família (crianças e esposas).

Sobre a questão da orientação nutricional e da campanha de Educação Alimentar, no curso de Nutricionista do SAPS, uma das pessoas entrevistadas por Evangelista assim apresentou seu relato:

Havia o locutor, havia o serviço de rádio. Durante todo o tempo de funcionamento das refeições, os locutores estavam lá falando, dando conselhos alimentares. E, além disso, nós tínhamos também o serviço dietético, para doentes. O SAPS tinha a alimentação normal e tinha para doentes também. Era um consultório, havia um médico para atender, um médico nutrólogo. [...] Dali ele já saía com a orientação médica, por escrito, da dieta a ser seguida.” (Depoimento de Oswaldina Nole do Nascimento: concedido, in Evangelista, 2012, p.79)

Os conselhos alimentares e dietéticos eram parte da cruzada educativa empreendida pela instituição e apareciam de diversas formas: sob a voz dos locutores, em boletins distribuídos aos trabalhadores, em notas nos periódicos de maior circulação nas cidades onde o SAPS atuava e nas visitas domiciliares.

Significa que as normas alimentares e dietéticas apontam a condução de condutas do rebanho – classe trabalhadora e sua família – para uma *boa alimentação racional* (eis o lugar de sua salvação na sociedade capitalista que necessita da produtividade de suas forças).

Engendra-se em uma racionalidade específica, na qual *omnes et singulatim* – em tradução livre, todos e cada um – devem ser “salvos”, diante dos perigos de uma dieta deficitária em alimentos construtores, reguladores e energéticos, que funcionam como combustível do corpo-máquina. *Todos e cada um* da família da classe trabalhadora devem ser alvos de práticas alimentares saudáveis da sua época, tornando-se úteis economicamente e dóceis politicamente.

A salvação – de um regime de pastorado para uma *governamentalidade da educação alimentar brasileira* – pressupõe uma moral fundamentada nos preceitos das escolas que formaram as primeiras nutricionistas do país: *espírito, educação, esforço, êxito* (Cidrack, 2010; Evangelista, 2012). Atualizada em nossa sociedade neoliberal, sob o adágio da *força, foco e fé* (Villela; Timerman, 2023).

O pastor, na figura das Visitadoras Alimentares, deveria *conduzir e reunir o rebanho*, para dele cuidar, orientar, indicar como deveriam se alimentar. E assim o fizeram, através dos restaurantes populares e das

visitas às casas das famílias. Um poder pastoral que supõe atenção individual a cada membro do rebanho (Foucault, 2023; 1981).

O ritual do pastorado das Visitadoras Alimentares possui tripla força: *investigar; julgar e tratar*, ou seja, três ações voltadas para as práticas alimentares da população-alvo.

Uma investigação que já parte do julgamento previamente estabelecido para confirmar o dado: a classe operária possui hábitos alimentares inadequados “decorrentes de ignorância alimentar”, a qual deve ser orientada para a difusão dos princípios da “alimentação racional e de higiene, que resultariam, conforme se acreditava na época, na constituição de pessoas fortes, saudáveis e produtivas” (Cidrack, 2010, p.52).

Investigar, julgar e tratar, onde *tratar* foi sendo desdobrado em orientações, prescrições e proscições nutricionais. O ato de orientar, prescrever e prosciver (o que *pensar*, o que *fazer*, o que e quanto *comer*, e as respectivas proibições), um léxico próprio de cunho intervencionista, cujo alvo é o corpo nas suas formas metaforizadas: corpo-máquina; alimentação-combustível.

Orientar e prescrever a verdade da moderna ciência da Nutrição, tomando como verdade a ignorância alimentar da classe trabalhadora e sua família. *Ensinar a comer corretamente seria o mantra do ritual das Visitadoras Alimentares.*

Ninguém escapa. Por isso, os meandros da tecnologia de poder chegam e recobrem nos microespaços do território – invasão das casas, restaurantes e clínicas são formas articuladas dos dois eixos do biopoder (Castro, 2024, p.161), no qual atuam dispositivos disciplinares e de segurança, tomando o corpo social da classe trabalhadora o alvo da intervenção da Educação Alimentar.

As práticas das Visitadoras da Alimentação podem ser interpretadas como uma das formas históricas de *secularização do poder pastoral* e como um dos antecedentes da constituição da atual Educação Alimentar e Nutricional. E agora? *Como tensionar essa herança normativa? Como pensar, então, uma EAN que não se limite ao governo das condutas, mas que possibilite experiências de autonomia alimentar?*

Aos mestres de existência de nosso tempo: desgovernando para a autonomia alimentar

Debruçando-nos sobre os documentos que registram as práticas das Visitadoras Alimentares do SAPS-CE, chegamos à conclusão da herança do fazer pedagógico da EAN (outrora Educação Alimentar, depois Educação Nutricional). Um fazer dito educativo, cuja normatividade pressupõe heteronímia e ênfase na prescrição dietética (Boog, 1997). Ainda distante da atual visão do Marco de Referência de EAN, que a conceitua como prática problematizadora, centrada no sujeito, para a autonomia alimentar dos indivíduos e coletividades (Brasil, 2012).

Ou seja, um paradigma prescritivo e vertical que caracteriza, na história da EAN, um reforço mútuo entre a produção de saberes (higienistas, eugênicos, dados estatísticos de saúde e nutrição, inquéritos alimentares populacionais), “refratada numa relação de poder, espiral de reforço mútuo”

desdobrado “na produção e difusão de normalizações, apontam condutas ao corpo em seus diversos ritmos (trabalho, repouso, festa), leis (científicas e morais) que, no limite, são as causas de todas as resistências” (Jorge, 2013, p.25).

A conjunção Biopoder e Biopolítica não cessam de serem produzidas no campo da Nutrição, na medida em que o poder e o controle são exercidos sobre a vida humana e as populações, particularmente por meio do gerenciamento e regulação de processos biológicos, como nascimento, morte, saúde e nutrição (Jorge, 2024). São várias as formas de manifestação do biopoder: regulação da produção e distribuição de alimentos; e, existência de governos e de órgãos reguladores no sistema alimentar, estabelecendo padrões, políticas e diretrizes que moldam a produção, o processamento e a distribuição de alimentos (Ferreira, et al, 2015).

Partiremos de mais algumas análises de Michel Foucault para se chegar à construção final de nossa argumentação, *a EAN enquanto prática de cuidado de si*⁵.

Importa colocar uma questão disparadora: qual a função do educador em Nutrição? O que há de singular do “educativo” na alimentação e nutrição que escape à sua herança normativa? A resposta suscita apresentar *nosso princípio: promover experiências que envolvam a relação corpos-comidas*.

Retomamos Walter Benjamin. A imagem deste pensamento possui dois planos relacionados, frente à associação provocada pelo jogo de palavras. A mão da criança também é a mão de um corpo sendo desejado. Atravessamento entre corpo-sexual e corpo-alimentar, que envolve experiência sensorial, entre texturas, densidades e espessuras do tato, com cheiros do paladar, e, a própria ambiguidade alimentar e sexual com fins de prazer corporal, já nos serve para deixar, de partida, a questão: *é possível conciliar certa experiência dos sentidos junto a uma racionalidade educativa da alimentação e nutrição eminentemente normativa e prescritiva?* Afirmamos que não.

A experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à educação. Educamos para transformar o que sabemos, não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a educar é a possibilidade de que esse ato de educação, essa experiência em gestos, nos permita liberarmos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos, para ser outra coisa para além do que vimos sendo (Larrosa e Kohan, 2002, p.4).

Como um campo, cuja origem remonta ao tripé investigar-avaliar-tratar, recoloca como sentido da educação a experiência, e não a verdade estabelecida? Para tal, primeiramente, devemos considerar uma EAN que incorpore elementos reflexivos, críticos, éticos e estéticos. E que a primazia técnico-científica da formação do nutricionista seja superada e radicalizada, com vistas a uma formação pautada no “educador em nutrição” (Boog, 2013). O que nos parece candente.

Pois, como bem coloca Boog (2008, p.37,41) em uma matriz curricular cuja sobrecarga de saberes das ciências biológicas é dominante, em detrimento ao estudo das ciências humanas, há pouca condição tanto para “uma formação mais sólida em aspectos político-sociais”, quanto “no trabalho em saúde [que]

⁵ Retomamos ideias previamente desenvolvidas (Jorge, 2013; 2024).

não pode prescindir da competência para atuar no plano da intersubjetividade”. Afinal, a EAN envolve a relação entre pessoas, comidas, territórios e pluralidades de modos de viver a existência alimentar.

Se educar é provocar experiências se faz necessário “criar novos significados e novos sentidos para o ato de comer”, e, para tal, se deve “conhecer profundamente o fenômeno da alimentação humana”, que, circunscrita na cultura, difere de uma espacialidade para outra (Boog, 2013, p.27).

Para fazer EAN, o sujeito deve ser considerado, mas não em sua forma abstrata, como uma folha em branco, para ser preenchida com informações técnicas da Nutrição. Este sujeito que é alvo de um saber (médico, nutricional, pedagógico), colocado em permanente estado de julgamento, considerado previamente culpado pela sua condição de ignorante e cuja cura pressupõe a necessidade de redenção (pela obediência à verdade alimentar). O estado de culpa individualiza responsabilidades que são sociais.

Como superar quando saberes biomédicos e nutricionais, dos SAPS aos dias de hoje, seguem orientando os discursos e práticas pedagógicas com vistas à “promoção de prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis”? (Brasil, 2012). Cabe questionar em que medida a noção de voluntariedade não pode ocultar formas sutis de coerção (Jorge, 2024).

Para radicalizar, deveríamos assumir que as “práticas alimentares” são “resultado de escolhas, conscientes ou não” (Santos, 2012, p. 456), afinal de contas, comer é uma experiência que envolve sentidos, sabores/saberes, memórias/hábitos, valores e também resistências.

Rumo a um duplo deslocamento: de *orientar, prescrever e proscreever* para *educar, experienciar e possibilitar*, e da condição de heteronomia que “afoga a liberdade” da curiosidade, do gosto estético, da inquietude e da linguagem do outro (Freire, 2007, p.59-60), para outra relação, a da *autonomia*, no qual saberes são produzidos no percurso do próprio processo educativo.

Como estabelecer *outra relação* com o corpo que come? Um bom começo talvez seja repensar sobre o próprio termo “dieta”.

Se, na atualidade, o termo se associa à racionalidade biomédica, nutricional (Viana *et al.*, 2017), própria da medicalização da vida, que separa, nega, fragmenta e destitui a potência do sujeito (que come), na Grécia Antiga, a alimentação colocava-se como parte da vida. Um conjunto de práticas relativas ao cuidado, envolvendo a alimentação, a bebida, o sono, a atividade física e o sexo constituíam toda uma arte de viver (Foucault, 2014b).

A própria dieta, o regime, é uma categoria fundamental através da qual se pode pensar a conduta humana; ela caracteriza a maneira pela qual se conduz a própria existência e permite fixar um conjunto de regras para a conduta: um modo de problematização do comportamento que se faz em função de uma natureza que é preciso preservar e à qual convém conformar-se. O **regime é toda uma arte de viver** (Foucault, 2014b, p.126, grifos nossos).

Assim, seguimos mais um pouco Foucault, a partir das considerações sobre práticas de cuidado de si. Não como contraponto às práticas institucionais que assujeitam. Mas, para transitar entre e tensionar as formas de microfísica do poder e de estética da existência/cultura de si. A rigor, as práticas

de si servem como contraponto à obediência generalizada das práticas de saber-poder, que Foucault analisa.

Foucault (2010), em sua genealogia da ética, organiza três momentos do “cuidado de si” (*epimeleia heautou*): 1. Momento socrático-platônico; 2. Idade de ouro do helenismo exemplificada nos dizeres de Sêneca, Epícteto, Marco Aurélio (séculos I-II d.C.); 3. Cristão (séculos III-IV d.C.). Estes se traduzem em “práticas de si” que se referem a uma atividade do sujeito moral, a partir dos valores socioculturais de sua época (Foucault, 2012a, p.269). Ou seja, é o modo com o qual “o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através de práticas de si”, que, “não são, entretanto, alguma coisa que o próprio indivíduo invente”, haja vista que se tratam de “esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (Foucault, 2012a, p.269).

No entanto, a racionalidade nutricional se refere às práticas alimentares atentas ao permanente cuidado em manter na alimentação o equilíbrio de nutrientes, em detrimento do prazer de comer e dos valores com que a alimentação marca o convívio social a ele associado (Viana *et al*, 2017).

Como contraponto às normas alimentares e à racionalidade nutricional atual, defendemos o *nutricionista que educa como promotor de experiências e do cuidado de si*, como possibilidade, para ressignificar o campo, que segue dentro de uma lógica pastoral produtora do permanente estado de culpa (pela ignorância) e da necessidade de redenção (pela obediência à verdade alimentar).

Dos três momentos da genealogia da ética de Foucault, apoiamo-nos na “idade de ouro”. Desta época: o corpo, os familiares, a casa e o amor são atravessados pelos “grandes domínios” da “dietética, econômica, erótica” (Foucault, 2010, p.146).

Trata-se de uma prática ética de autotransformação e conhecimento de si. O que significa que as práticas de leitura, de escrita, de alimentação, de exercícios físicos e espirituais, dentre outros, eram conduzidos de modo a oportunizar a conversão do próprio sujeito na relação de si para consigo mesmo, afastando-se das preocupações morais de toda sorte que constroem, e que “pode-se, então, voltar-se para o próprio passado [...] e estabelecer com ele uma relação que nada perturbará” (Foucault, 2014a, p.84).

As *práticas de cuidado de si* são um conjunto de práticas sociais que implicam estabelecer relações com o Outro, diferente do “outro superior” para obedecer (como no caso das Visitadoras da Alimentação, *coachs* e especialistas da Nutrição), mas, um Outro amigo, benfeitor, mestre de existência que orienta as práticas de cuidado, cujo objetivo visa contribuir para a emergência de uma natureza própria, não uma origem perdida (Gros, 2010, p.485). Mas, uma natureza que não tinha tido até então oportunidade de se manifestar, em uma vida tomada por um sistema de educação e de crenças (Foucault, 2010).

Eis que o “sujeito, descoberto no cuidado, é totalmente o contrário de um indivíduo isolado: é um cidadão do mundo” (Gros, 2010, p.486). Uma autodescoberta, com o apoio do Outro (amigo, benfeitor), do lugar que se ocupa no mundo.

Essa é justamente a definição de autofinalidade e de autonomia das práticas de si, já que o eu (ou o si) que emerge terá condições de enfrentar melhor as condições (adversidades e necessidades) do mundo. Portanto, parece-nos possível identificar uma *leitura do mundo, em sentido freireano, no cuidado de si foucaultiano*, já que não tem por finalidade cortar o eu do mundo, mas prepará-lo, em vista dos acontecimentos do mundo, enquanto sujeito desse mundo.

Parece-nos inevitável o encontro com os aprendizados de Paulo Freire, com vistas a uma autonomia alimentar dos sujeitos, mas, desde que esta se consubstancie em “práticas de liberdade”, tendo como horizonte a busca de uma “ética pessoal” e plural, e não uma “moral como obediência a um sistema de regras” (Foucault, 2012b, p.283).

Deslocamento das *evidências* (nutricionais, epidemiológicas) para uma *experiência alimentar* e, assim, participa e alarga o repertório “do sujeito que pensa, sente e expressa” (Jorge, 2013, p.27).

Quer dizer, se práticas alimentares e corporais podem permitir ao próprio eu experimentar-se, exercer-se, desenvolver a prática de si mesmo, como prática de existência e seu objetivo, então tal prática (ou tal experiência) poderá ser denominada como prática de liberdade. Para tal, entendemos que a autonomia em EAN perfaz como prática de si, ao menos, três condições: 1. Produz um conhecimento de si em relação à imanência do mundo; 2. Não há cisão com o corpo; e, 3. Tem na própria prática seu elemento essencial.

Sim, a existência da prática se equivalerá à sua essência. Deste ato de tatear no escuro da “mão, esse Dom Juan juvenil, [que] em pouco tempo, invadira todos os cantos e recantos, deixando atrás de si camadas e porções escorrendo a virgindade que, sem protestos, se renovava” (Benjamin, 1987, p.88). Trata-se aqui de uma experiência que envolve “o mel, punhados de passas e mesmo o arroz”, e que “entregam-se lisonjeiramente à mão!” (Benjamin, 2009a, p. 106). É nesta perspectiva que se considerará a autonomia como prática de si, derivada, portanto, dos espaços de liberdade nos quais saberes são produzidos, no percurso da própria experiência educativa.

Experiência dos sentidos, histórias de vida e memórias, que não sendo privadas das brincadeiras, dos jogos e das artes (plásticas, teatro, músicas, *etc.*), envolve comidas e ampliam-se no leque de experiências corporais, para além das cansativas correções: isso pode comer, isso não pode comer.

Portanto, nesta defesa da diversão, jogos poderiam apresentar uma discussão do saudável, não o definindo *a priori*, como um universal, e sim privilegiando alteridades e a busca de sensações não repressoras, mas de curiosidade e de experimentação. Para isso, seriam bem-vindas oficinas culinárias com açúcar, amêndoas, uvas-passas, mel, e arroz, afinal, tudo pode participar e ampliar a relação corpos-comidas, contanto que permita uma experiência dos sentidos e um sentido para quem participa deste lambiscar. Momentos de inversão do conteúdo nutricional para a forma do lúdico (Jorge, 2013, p.29). Eis nosso elogio que envolve o corpo que come como fonte da EAN. Aberta, imprevisível e singular. Eis nosso chamado aos mestres de existência de nosso tempo: *se o mito que funda a Educação Alimentar e*

Nutricional aponta para obediência às normas, é chegado o momento que ela possa, também, desgovernar para a autonomia alimentar!

Considerações finais

Práticas e discursos da EAN não emergem em um vácuo histórico; e, a nosso ver, o fazer pedagógico do campo da Nutrição é herdeiro de um tipo de poder pastoral que foi secularizado e atualizado no modelo biomédico e na racionalidade nutricional. O médico, o nutricionista ou o educador, nessa visão, assume a posição daquele que detém a verdade (o saber científico) e que deve conduzir os ignorantes pelo caminho considerado correto.

O desafio que colocamos ao campo da EAN consiste em deslocar a atenção do governo das condutas para outra prática: a ética. Nessa perspectiva, o educador em alimentação e nutrição atuaria não como detentor de uma norma a ser transmitida, mas como *mestre de existência* capaz de incitar a reflexão crítica.

Desloca-se, assim, a relação educativa da prescrição de comportamentos para a problematização das experiências alimentares, possibilitando que o conhecimento opere como prática de transformação do sujeito em sua relação consigo mesmo.

Atravessado por afetos, desejos e memórias, o sujeito não pode ser reduzido às identidades, prescrições e proscições produzidas pelos saberes que pretendem governá-lo.

No cuidado de si, o sujeito é convocado a examinar criticamente suas próprias representações e a constituir-se como agente de sua relação com a alimentação. Aqui, a presença do *Outro* não é coerção, mas é encontro para autodescobertas.

Nessa perspectiva, a EAN pode contribuir para que os sujeitos não permaneçam passivos diante dos efeitos das relações de poder que atravessam o comer. Por meio da experiência e da reflexão crítica, podem problematizar ideias, valores, hábitos e práticas relacionadas ao corpo, à alimentação e ao nutrir. Ao desnaturalizar tais relações por meio do exame de si, tornam-se capazes de atuar como agentes de transformação de seus próprios mundos alimentares, ampliando sua autonomia em suas formas de viver, significar e experienciar a alimentação.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A despensa. In: BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 87-88.

BENJAMIN, Walter. Crianças lambiscando. In: BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 2. ed. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009. p. 103-109.

BENJAMIN, Walter. Criança gulosa. In: BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única: infância berlinense, 1900**. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 35.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição, 1934-1941. **Hist. cienc. saúde, Mangueiras**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.157-180, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/hcGSFVbbQPbLmBrGxngtWBr/?format=html&lang=pt> Acesso em: 06 fev.2023.

BOOG, Maria Cristina Faber. Educação Nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.10, n.1, p.5-19, jan/jun, 1997. Disponível em: <https://puccampinas.emnuvens.com.br/nutricao/article/view/9971> Acesso em: 06 fev.2012.

BOOG, Maria Cristina Faber. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. **Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.33-42, jan/jun, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faenfi/article/view/3860> Acesso em: 06 abr.2013.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação em Nutrição: integrando experiências**. Campinas, SP: Komedi, 2013.

BOOG, Maria Cristina Faber. Histórico da educação alimentar e nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, Rosa Wanda (org). **Mudanças alimentares e educação nutricional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p. 79-87.

BOOG, Maria Cristina Faber. Percurso histórico: diferentes sentidos para a educação alimentar e nutricional. In: LANG, R.M.F.; CIACCHI, E.M.R. (Org.). **Educação alimentar e nutricional: fundamentação teórica e estratégias contemporâneas**. Rio de Janeiro: Rubio, 2021. p. 41-54.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.478, de 5 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2478-5-agosto-1940-412428-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.709, de 14 de outubro de 1941. Reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3709.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n. 229, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a extinção do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0229.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Porto Alegre: Autêntica, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Uma nova introdução a Foucault**. Guia para organizar e entender uma obra em movimento. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2024.

CIDRACK, Marlene Lopes. **Escola Agnes June Leith: formação e práticas curriculares de visitadoras de alimentação (1944–1966)**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN). Resolução CFN n. 599, de 25 de fevereiro de 2018. Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. Disponível em: <https://cfn.org.br/wp-content/uploads/2018/04/codigo-de-etica.pdf> Acesso em: 20 ago.2020.

EVANGELISTA, ANA MARIA DA COSTA. **Arroz e feijão, discos e livros: história e memórias do serviço de alimentação da previdência social, saps (1940-1967)**. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

FERREIRA, Francisco Romão, et al. Biopoder e biopolítica no campo da Alimentação e Nutrição. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.28, n.1, p.109-119, jan./fev. 2015. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/nutricao/article/view/8199> Acesso em: 20 set.2018.

FOGAGNOLI, Marcela Martins. **“Almoçar bem é no SAPS!”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.

FOUCAULT, Michel [1981]. *Omnes et singulatum*. Para uma crítica da razão política. Tradução Selvino Assman. [1981?]. [S.l.: s.n.], [s.d.]. 18 p. Disponível em: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/omnes.pdf> Acesso em: 03 fev.2013.

FOUCAULT, Michel. Então: é importante pensar? In: FOUCAULT, Michel. **Por uma vida não fascista**. Organização: Coletivo Sabotagem. [S.l.]: Sabotagem, 2004. p. 9-11.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, A genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. p. 215-37.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Curso dado no Collège de France (1981-1982). 3 ed. Tradução Márcio Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Barbosa. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p.258-280.

FOUCAULT, Michel. Uma estética da existência. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Barbosa. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p.281-286.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. 13 ed. Trad. Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Genealogia da Ética: um Resumo do Trabalho em Curso. In: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da Ética, Subjetividade e sexualidade**. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p.214-237.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 14 ed. Tradução de Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. 3 ed. Tradução de Márcio Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 455-493.

JORGE, Thiago Perez. **Filosofia e Nutrição: entre críticas e diálogos possíveis na emergência do educador em alimentação**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

JORGE, Thiago Perez. Em defesa da brincadeira de comer no contexto escolar. **Cadernos de Formação RBCE**, Florianópolis, p.20-31, set. 2013.

LARROSA, Jorge; KOHAN, Walter. Apresentação. In: RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante - cinco lições sobre a emancipação intelectual**. Tradução de Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p.4.

LIMA, Eronides Silva. Gênese e constituição da Educação Alimentar: uma síntese. **Physis. Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 9-29, 1997.

LIMA, Eronides Silva. **Mal de fome e não da raça: gênese, constituição e ação política da educação nutricional: Brasil- 1934-1946**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

MATTIONI, Fernanda Carlise; ROCHA, Cristianne Maria Famer; FARIA, Mateus Aparecido. Análise das Emergências e Proveniências das Práticas de Promoção de Saúde Realizadas em um Serviço de APS. **Revista Psicologia e Saúde**, v.14, n.2, abr/jun, 2022. Disponível em: <https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/1854> Acesso em: 07 ago. 2025.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.2, p. 453-462, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n2/455-462> Acesso em: 07 ago.2015.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (SAPS). **Boletim do SAPS**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1944. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=182354&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=1> Acesso em: 01 ago. 2025.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Os Arquivos brasileiros de nutrição: uma revisão sobre produção científica em Nutrição no Brasil (1944 a 1968). **Cadernos de Saúde Pública**, v.15, n.2, p.303-16, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/bHJJCkxfh7pCKmY8rvdq5LJ/?lang=pt> . Acesso em: 08 mar.2010.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.2, p.315-339, jul.-ago. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/dGqzSKvF86HRxLFCDVCSym/?format=html&lang=pt> . Acesso em 05 mar.2018.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.15, n.2, p.127-138, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rn/a/ZswhjsNDPkFTrYpS6GLvkvh/?format=html&lang=pt>. Acesso em 02 mar.2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIANA, Márcia Regina; NEVES, Alden Santos; CAMARGO JUNIOR, Kenneth Rochel; PRADO, Shirley Donizete; MENDONÇA, André Luis Oliveira. A racionalidade nutricional e sua influência na medicalização da comida no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 447-456, fev. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n2/447-456/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

VILLELA, M.C.E.; TIMERMAN, F. Força, foco e fé: a sociedade do desempenho e a (má) alimentação. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.32, n.2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nznfY5W7ZzqXnRMKzXMWMym/abstract/?lang=pt> . Acesso em 07 fev.2024.

*Recebido em: 25 de outubro de 2025.
Aprovado em: 17 de dezembro de 2025.*